



18 EIXOS ESTRATÉGICOS PARA SUSTENTABILIDADE DA BAHIA

PLANO DE GOVERNO (2019-2022)

CÉLIA SACRAMENTO – Governadora
JOSÉ ITAMÁRIO – Vice-Governador

CANDIDATOS AO GOVERNO DA BAHIA

Salvador, agosto de 2018

A BAHIA E OS SEUS INDICADORES

DADOS GERAIS

Estado: Bahia

Sigla: BA

Capital: Salvador

Região: Nordeste

Gentílico: baiano

População: 15.344.447 habitantes (estimativa 2017 - IBGE)

Área (em km²): 564.692,669

Densidade Demográfica (habitantes por km²): 27,17 (estimativa 2017)

Quantidade de municípios: 417

DADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Produto Interno Bruto (PIB): R\$ 245,025 bilhões (em 2015)

Renda Per Capita: R\$ 16.115 (em 2015)

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,663 - médio (em 2013)

Principais Atividades Econômicas: agricultura, pecuária, comércio, indústria e mineração.

Mortalidade Infantil (antes de completar 1 ano): 31,4 por mil (2009)

Analfabetismo: 12,7% (em 2017 - fonte: IBGE)

Expectativa de vida (anos): 73,5 anos (em 2016 - IBGE)

COMPROMISSOS PROGRAMÁTICOS

Reafirmamos, neste Plano de Governo, os compromissos programáticos da Rede Sustentabilidade, que tem a proposta de renovar a política com iniciativas inovadoras, não apenas com palavras, mas como atos e experiência concreta objetivando o bem comum. Neste sentido temos como principais bandeiras nacionais:

1) **MODELO ECONÔMICO** para a construção de um projeto de desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável que considere como estratégias prioritárias:

a) Valorização do nosso patrimônio socioambiental, viabilizando a transição para uma economia sustentável;

b) Justiça e eficiência tributária e a reforma do Pacto Federativo;

d) planejamento e implementação da logística de transporte e da infraestrutura de forma compatível com a gestão estratégica dos recursos naturais;

e) valorização da remuneração dos trabalhadores e aprimoramento de sua qualificação profissional;

f) diversificação da matriz energética em busca de uma matriz limpa e segura;

g) democratização do acesso à terra e uma política agropecuária que recupere a função estratégica do setor para a segurança alimentar, melhoria da qualidade de vida da população e preservação dos nossos biomas; e

h) investimento em conhecimento e em inovação.

2) **EDUCAÇÃO PÚBLICA E UNIVERSAL** de qualidade em todos os níveis e de modo integral, inclusiva, formadora de cidadãos comprometidos com uma consciência social, solidária e sustentável e preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e conhecimento, como princípio fundante de uma verdadeira República baseada na igualdade de oportunidades para todos.

4) **DEMOCRATIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO**, garantindo-se a liberdade de expressão, transparência, livre acesso à informação e ao conhecimento, valorização das diversas formas de manifestação cultural e o princípio de neutralidade da rede, a governança com ampla participação de setores da sociedade civil e uma banda larga de qualidade a fim de que todos os cidadãos tenham acesso a informação sem pagar um valor inacessível à sua realidade pelo serviço.

5) **RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE**, garantia de igualdade de gênero e repúdio a todas as formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, sexual ou outras, garantindo a cada grupo espaço próprio de participação política e de respeito e atenção às suas demandas específicas.

6) **REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E ERRADICAÇÃO DA POBREZA** por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias, para sua inclusão na sociedade.

7) **UNIVERSALIZAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE**, com ênfase na atenção básica, saneamento ambiental, da qualidade de vida com condições dignas de moradia, alimentação saudável e em quantidade suficiente, prevenção de doenças, redução da violência e promoção da cultura de paz como valores centrais das políticas governamentais.

8) **REFORMA URBANA** que transforme nossas cidades em espaços saudáveis, democráticos e seguros, que garanta o direito à moradia como forma de cidadania e possibilite o redirecionamento do investimento em mobilidade para priorizar os pedestres, o transporte ativo e o transporte público.

São metas estratégicas:

- a) **Planejamento Estratégico para o Estado da Bahia.** Elaborar com a participação da comunidade, por meio de lei;
- b) **Ensino médio profissional.** Priorizar a formação profissional no ensino médio com ênfase no empreendedorismo e inovação;
- c) **Implantar o Conselho Estadual de Segurança.** Estabelecer mecanismos de participação da comunidade na formulação, execução e controle das políticas públicas na área de segurança pública envolvendo não apenas ações repressivas mas também preventivas e na área social;
- d) **Investimento, Capacitação e Valorização dos Órgãos de Segurança Pública.** Promover a contínua formação e valorização dos agentes da segurança pública, com o intuito de qualificar as suas intervenções, sempre com a premissa do respeito à dignidade humana e da lei;
- e) **Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.** Implantar a efetiva regionalização da Bahia, através medidas práticas de descentralização administrativa dos órgãos estaduais, e da viabilização financeira e administrativas das unidades territoriais: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, e microrregiões, visando fortalecer e desenvolver, de modo sustentável, as comunidades com a mesma identidade sociocultural e integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;
- f) **Desenvolvimento econômico sustentável.** Promover o desenvolvimento econômico sustentável com simplificação da burocracia para incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, incentivar o cooperativismo, o associativismo, os empreendedores individuais, os que atuam na economia solidária e de inovação e a agricultura familiar, utilizando as estruturas organizadas existentes no Estado, buscando a redução das desigualdades sociais e objetivando atingir índices positivos de felicidade na população baiana;
- h) **Auditoria.** Implantar sistema de auditoria contínua para acompanhar a real situação administrativa e financeira da Bahia, com um inventário do patrimônio do estado, e manter assim controle constante nas contas públicas objetivando combater os desperdícios e a corrupção na administração.

i) Programas em andamento: É nossa proposta também manter e aperfeiçoar os programas governamentais em andamento que apresentam resultados positivos, utilizando para analisar tais resultados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, da Organização das Nações Unidas, ONU. A Bahia deverá empenhar todos os esforços para atingir este propósito planetário.

1) DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE

A democracia de alta intensidade significa que a opinião pública qualificada, por intermédio da sociedade civil organizada, será ouvida e terá um papel preponderante nas ações governamentais. Os conselhos que integram a estrutura estatal serão valorizados, com posição de destaque nas decisões de governo e terão condições de funcionamento para contribuir no estudo, formulação, implantação, acompanhamento e a avaliação de políticas públicas para o Estado da Bahia.

Buscar sempre o desenvolvimento em todas as áreas a partir de pressupostos sustentáveis, em especial, nos sete pilares da sustentabilidade: econômico, social, ambiental, cultural, ético, político e estético. Fazer esforços constantes para diminuir as desigualdades sociais, oferecendo as mesmas oportunidades a todos os baianos, superando e vencendo toda e qualquer forma de discriminação, de preconceitos étnicos, religiosos, políticos, econômicos, ideológicos, sexuais e outros, está na gênese da democracia de alta intensidade.

Objetiva atingir altos índices de desenvolvimento humano, com enfoque em indicadores de felicidade dos cidadãos, visando o bem estar físico, psicológico, comunitário, cultural, financeiro, educacional, a promoção de atividades de lazer, participação comunitária e política.

- Utilizar dos instrumentos de participação popular, plebiscito e referendo, nas questões de alta relevância para o povo baiano.
- Elaborar, com a participação da sociedade baiana o Planejamento Estratégico da Bahia e transformá-lo em programa de Estado.
- Incentivar a sociedade a utilizar de projetos de lei de iniciativa popular para programas de grande magnitude. Implantar um modelo de participação popular na elaboração do orçamento estadual: PROJETO ORÇAMENTO COLABORATIVO.
- Manter contato direto com a população, por meio de aplicativos, para ouvir e interagir com a opinião pública sobre projetos de alta relevância.

2) EDUCAÇÃO

O Estado da Bahia possui um dos piores indicadores de educação do Brasil. Urge a necessidade de estabelecermos medidas para erradicar o analfabetismo que o estado possui. O ensino deve ter como princípios fundamentais proporcionar uma sociedade democrática, solidária e com justiça social, baseada na igualdade de oportunidades para todos.

Estamos cientes de que os fatores socioeconômicos, culturais e processuais influenciam numa educação de qualidade e, conseqüentemente, em maiores chances de trajetórias de desenvolvimento pessoal e coletivo mais favoráveis. O investimento do Estado no fator processual da educação: implicações das múltiplas linguagens e saberes, respeito e valorização da educação popular, ações pedagógicas construtivas que implicam participação, criatividade, produção, imaginação, percepção e conexão com outros problemas (contextualização), utilização de recursos estruturais e humanos pertinentes aos métodos pedagógicos, são outros mecanismos importantes para alcançarmos os nossos objetivos.

A política de educação pública para o Estado da Bahia tem de ser universal, com qualidade em todos os níveis de modo integral, em tempo integral e inclusiva. Deverá assumir o caráter emancipatório dos processos pedagógicos” com influência de Paulo Freire de forma a ensinar “a ética da condição humana”, reconhecendo o homem como um ser físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico.

Deve a educação formar cidadãos éticos, comprometidos com uma vida social solidária, sustentável e preparados para os desafios de uma sociedade em transformação, cada vez mais complexa e com demandas imediatas de informação e conhecimento.

A educação deve despertar a curiosidade dos estudantes, estimular e propor estratégias inovadoras, formar empreendedores que estejam preparados para enfrentar os imprevistos da vida. A compreensão mútua entre os seres humanos deve estar implícito no processo educacional e o estudante deve sair da escola apto para o trabalho e para se adaptar às novas profissões que surgirão nos próximos anos.

- Priorizar o ensino médio, objetivando disponibilizar a universalização da formação técnico-profissional e inclusão na cadeia produtiva, por meio de Ensino Médio Profissional Integrado e de Ensino Profissional Subsequente (pós-médio técnico): PROGRAMA JOVEM TÉCNICO.

- Erradicar o analfabetismo no Estado da Bahia no período de quatro anos. Através do PROGRAMA BAHIA ALFABETIZADORA.
- Proporcionar o uso de novas tecnologias e da inovação para a gestão e aperfeiçoamento acadêmico de professores e estudantes, disponibilizando cursos livres de qualificação profissional ao público em geral.
- Incentivar e auxiliar os municípios na ampliação do número de escolas de educação integral no ensino fundamental, em tempo parcial e integral.
- Incentivar e apoiar as escolas a elaborarem seus próprios Projetos Pedagógicos, visando a melhoria do ensino aprendizagem, e adequando os currículos não só legislação, mas a realidade local.
- Assegurar e manter programas de educação inclusiva e apoiar as escolas particulares sem fins lucrativos destinadas à formação especial.
- Melhorar e modernizar a estrutura física das escolas, com ênfase ao acesso, com qualidade, às novas tecnologias da informação e a espaços recreativos para práticas desportivas: PROGRAMA ESCOLA FELIZ.
- Implantar serviços de orientação psicopedagógica nas escolas estaduais.
- Integrar serviços sociais e de saúde nas escolas estaduais visando realizar pequenos procedimentos, intervenções, acompanhamento e cuidados especiais dos alunos.

3) SAÚDE

O objetivo primordial da política de saúde é garantir o completo bem-estar físico, mental e social da população e prevenir o aparecimento de doenças e buscando a universalização e melhoria dos serviços prestados à população. A ênfase, portanto, será na prevenção de doenças, no contexto de políticas públicas para a qualidade de vida, a condições dignas de moradias, saneamento ambiental, alimentação saudável, redução da violência e promoção da cultura da paz e segurança no trânsito.

- Aperfeiçoar o PLANSERV, restabelecendo o rol de dependentes, ampliando a fonte de financiamento e rede referenciada de atendimento.
- Disponibilizar check-up anual, à população adulta de menor renda, em parceria com o município e a união, com um pacote mínimo de exames, respeitando as características locais, seus diferentes ciclos de vida e predisposição genética:

PROGRAMA CHECK-UP BAHIA.

- Efetivar a rede de saúde básica na Bahia, envolvendo preferencialmente os egressos de cursos de graduação da área de saúde das faculdades públicas estaduais começando pelos municípios com precário atendimento médico: PROGRAMA SAÚDE BÁSICA.
- Implantar, na rede pública e incentivar na rede privada, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS (medicina tradicional chinesa, Acupuntura, Homeopatia, Fitoterapia e outras 25 práticas) de acordo com a Portaria nº 971/GM/MS, de 03 de maio de 2006 e suas alterações subsequentes. PROGRAMA SAÚDE INTEGRAL.
- Descentralizar e aprimorar a rede hospitalar baiana objetivando melhorar o acesso aos programas de saúde pública, incentivando e apoiando o surgimento de novas unidades de atendimento médico especializado, nas microrregiões do estado, acompanhado da qualificação contínua das equipes envolvidas, com melhoria nas condições de trabalho e de atendimento nas microrregiões: PROGRAMA MÉDICO ESPECIALISTA.
- Desenvolver um programa de tratamento e internamento aos dependentes químicos em cada microrregião do estado, envolvendo clínicas públicas, privadas e confessionais e casas de apoio: PROGRAMA CORPO E MENTE LIMPA.
- Desenvolver um programa de melhoria da gestão de hospitais e clínicas públicas e privadas disponibilizando as mais modernas técnicas objetivando dar sustentabilidade a estas unidades hospitalares.

PROGRAMA HOSPITAL SUSTENTÁVEL.

- Modernizar a rede hospitalar que pertence ao Estado e/ou são conveniados e atendem ao SUS (hospitais filantrópicos, santas casas e etc), aperfeiçoando a gestão dos recursos, racionalizando a cobertura dos

serviços com sustentabilidade, com criação de centros de referência que possam atender toda a população.

- Qualificar o serviço de prevenção e de atendimento, oferecendo programas de desenvolvimento e atualização técnica para os profissionais da rede pública de saúde, municiando de ferramentas e conhecimento compatíveis com as demandas regionais. PROGRAMA SAÚDE MELHOR

4) SEGURANÇA PÚBLICA

Quando ocorre um conjunto de violências coletivas, um evento de impacto na vida das pessoas na Bahia, como o assassinato de 15 jovens negros em 2015; rebelião no Complexo Penitenciário de Salvador/Feira de Santana 2017; as constantes guerras entre gangues; o enfrentamento policial, o impacto na vida familiar do policial, dos agente da violência e da vítima levantam-se novos pressupostos do contexto, dos locais de maior violência, da herança em situações de extrema violência das pessoas que justifiquem a quantidade de mortes nos massacres, como também o tamanho do sistema prisional na Bahia. A pastoral carcerária entende que o modelo de guerras às drogas não funciona: tem torturas, privação de direito, extrema violência. Nada de bom pode ser colhido de dentro dos presídios sem considerar novos processos de ressocialização. É o entendimento jurisprudencial (do juiz) que define a população carcerária.

Precisa de abordagem para lidar com as prisões e as privações de liberdade. No Brasil nós estamos quase no superencarceramento. No Brasil cresceu o número de pessoas presas enquanto que decresceu nos EUA, China e Rússia. Enquanto que os países diminuíram a população carcerária em torno de 5 a 8% a menos, o Brasil aumentou em 33%. Conforme cálculos se o Brasil continuar assim, se tornará a 1º país em quantitativo maior número de pessoas presas. O aumento de pessoas presas, não garante a paz, preceitos de segurança, que são expectativas de medidas judiciais como essa. .

- Criar o Conselho Estadual de Segurança Pública, de natureza deliberativa e consultiva, com a participação dos poderes públicos,

- Apoio integral e fortalecimento dos Conselhos de Segurança, CONSEGS, no sentido de que sejam ouvidos e participem na elaboração de políticas públicas para a segurança pública também a nível local.
- Incentivar a criação de novos CONSEGS em todos os municípios baianos e nos principais bairros das médias e grandes cidades.
- Recompôr e promover um aumento real os quadros dos efetivos das polícias militar, civil e científica, por meio de um programa efetivo de preenchimento dos cargos vagos, aproximando-o do quadro ideal preconizado pela ONU.
- Melhorar a política salarial das polícias militar, civil, bombeiro militar e polícia técnica.
- Formação superior para ingresso na polícia militar (formação continuada) para melhor as estratégias operacionais.
- Promoção por mérito e antiguidade. Combate a politização nos órgãos policiais. A polícia deve atender ao Estado da Bahia e não a interesse de agremiações partidárias.
- Polícia Militar deve ter presença ostensiva e continuada nas ruas das cidades.
- Política de inteligência estratégica, informação e investigação eficiente e integrada aos demais órgãos de segurança.
- Modernizar os equipamentos policiais.
- Ampliar as delegacias do Idoso e implantar contra intolerância religiosa e combate ao racismo nas principais cidades da Bahia.
- Treinar os policiais para usar de forma intensiva a tecnologias modernas e atuais na prevenção criminal.
- Desenvolver, junto com as ações de repressão ao crime, obras de cunho social, como educação, esporte, assistência à saúde, e a implantação de políticas públicas nas áreas de empreendedorismo e geração lícita de renda.

5) CULTURA

A cultura é instrumento de valorização da identidade histórica e da formação do Estado da Bahia, principalmente das diversas etnias que ocuparam, ao longo dos séculos, o nosso território. Valorizar as manifestações culturais locais e divulgá-las por meio da rede pública de comunicação deverá ser uma das premissas.

Implantar, Plano Estadual de Cultura, incluindo os princípios constitucionais da valorização das: formas de expressão; b) os modos de criar, fazer e viver: c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) as obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios históricos, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científicos.

- Priorizar a difusão cultural no interior e no litoral da Bahia por meio da valorização da cultura local em todas as áreas de sua manifestação (música, teatro, cinema, artes plásticas, artesanato, dança, grupos folclóricos e nativistas, museus, patrimônio histórico e natural)
- Fortalecer atividades culturais regionais (Bandas marciais e filarmônicas) os museus estaduais da capital e de outras regiões do estado, por intermédio de políticas públicas de valorização artísticas com a sustentabilidade econômica.
- Desenvolver uma rede de bibliotecas estaduais modernas (multimídias) em parceria com os municípios nas escolas e universidades estaduais, estimulando o seu uso pela comunidade.
- Apoiar e fortalecer a rede rádio educadora e TVE com programas culturais e educativos, procurando viabilizar a sua sustentabilidade econômica e fortalecendo a renovação da cena artística do Estado, apoiando artistas e manifestações que não possuam apelo comercial direto, mas cujas obras cumpram as premissas da arte e da cultura no âmbito das políticas públicas estaduais.
- Implantar um centro de cultura negra referência no Estado da Bahia.
- Integrar as estruturas culturais do Estado.

- Simplificar, descentralizar recursos e desburocratizar os editais de produção cultural, favorecendo o mérito artístico e um calendário contínuo de eventos que propicie um cenário artístico sustentável e diverso
- Promover a bienal do Livro na Bahia.
- Estabelecer uma política de incentivos fiscais para a compra de instrumentos musicais e materiais didáticos, como forma de ampliar o acesso a bens culturais e educacionais.
- Implementar a Lei 11.645/2008 em articulação com a Educação.

6) DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A política estadual de direitos humanos e cidadania deverá estar voltada para a efetivação dos direitos fundamentais e direitos sociais, previstos na Constituição Federal. Combater qualquer tipo de preconceito, discriminação étnica, religiosa, pessoas com deficiência, assegurando os direitos das minorias, em especial os povos indígenas, negros, quilombolas, povo de santo, pescadores e marisqueiras e com outros grupos vulneráveis.

Também deve atender a crianças, à gestante, o idoso e as pessoas com transtornos mentais, pessoas vítimas de desastres naturais, ou imigrantes fugitivos de guerras ou perseguidos políticos. E, neste sentido, deve garantir aos apenados a possibilidade de trabalhar durante o cumprimento da pena.

- Combater qualquer tipo de discriminação e ampliar ações públicas no sentido de reduzir a desigualdade entre mulheres e homens, negros, indígenas, pessoas com deficiência, comunidade LGBTTT, moradores de rua.
- Promover políticas públicas de discussão sobre o uso de drogas, de atendimento aos dependentes químicos e atendimento psicológico e social a soropositivos.
- Implementar um programa de aluguel social destinado às vítimas de catástrofes.
- Ampliar programas de educação, formação profissional e reinserção social aos apenados.
- Desenvolver programas agrícolas voltados aos agricultores sem-terra em áreas devolutas do Estado e aquelas destinadas à reforma agrária,

ofertando suporte técnico e vinculando a manutenção no programa aos participantes que atendam aos requisitos de produtividade e sustentabilidade.

- Fortalecer as políticas de Defesa do Consumidor.
- Combater a violência de gênero, em especial contra as mulheres, e aos idosos. Fortalecer as ações da Defensoria Pública para que os cidadãos de baixa renda tenham orientação e acesso à justiça por meio de advogados conveniados.

7) JUVENTUDE E PRÁTICA CIDADÃ (ESPORTES)

Desenvolver programas voltados aos jovens em diversas modalidades esportivas, com a implantação de ginásios, pistas de atletismo, piscinas, para a formação de atletas e paratletas é nosso objetivo. A questão da prática esportiva deve ser disponibilizada para todas as faixas de idade. Atuar junto com as federações esportivas para massificar alguns esportes, principalmente os olímpicos, deve ser uma das metas a serem alcançadas.

- Implantar nas microrregiões, em convênio com os municípios, ginásios esportivos e pistas de atletismo e piscinas públicas voltados para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos;
- Elaborar um programa de parceria com as federações esportivas objetivando massificar as práticas esportivas em todo o território baiano;
- Fortalecer os Jogos Abertos e os Jogos Escolares;
- Massificar as academias ao ar livre e incentivar, através de campanhas publicitárias, os jovens e a população em geral prática de exercícios físicos.
- Fortalecer o Conselho Estadual da Juventude.

- Apoiar e estimular a criação de grêmios e diretórios estudantis nas escolas e faculdades.
- Apoiar as entidades que agregam estudantes;

- Apoiar as Casas de Estudantes e implantar novos restaurantes universitários.

8) GESTÃO PÚBLICA

Melhoria constante da eficiência na prestação dos serviços públicos são objetivos a serem perseguidos constantemente pela administração pública

estadual. Para que as metas sejam alcançadas, fundamental é a modernização das práticas e procedimentos administrativos, reduzindo custos, aperfeiçoando os processos e fazendo uso de tecnologias que propiciem maior comodidade e acesso aos serviços públicos.

Valorizar e qualificar, de forma permanente, os servidores públicos oferecendo cursos de pós-graduação e criação de escolas de governo por meio das universidades estaduais, utilizando como critério no preenchimento dos cargos em comissão.

Outra preocupação será em manter um sistema permanente de controle e transparência dos atos da administração, com especial atenção aos processos licitatórios e gastos públicos.

- Modernizar a gestão pública através da inovação, desburocratizando a administração, informatizando e **simplificando os processos em todos os setores do governo**, facilitando o acesso dos cidadãos pela internet por diversos meios e equipamentos.
- Priorizar, no preenchimento de cargos de comissão, os quadros do próprio funcionalismo público estadual, dando ênfase às competências técnicas e administrativa.
- Implantar um programa unificado e centralizado, nas principais microrregiões da Bahia, que facilite o acesso da comunidade aos serviços públicos oferecidos pelo Poder Público Estadual e suas concessionárias: PROGRAMA BAHIA FÁCIL.
- Instituir um programa de aperfeiçoamento profissional permanente e continuado dos servidores estaduais de todas as áreas, por intermédio de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e aperfeiçoamento desenvolvidos pelas universidades estaduais: PROGRAMA UNIVERSIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO.
 - Desenvolver estudos para estabelecer, por lei, um programa de bonificação financeira aos servidores públicos com prêmios aos que cumprirem e superarem as metas e resultados estabelecidos.
- Implantar um programa de avaliação permanente dos serviços prestados pelo governo estadual nos órgãos da administração direta e indireta: PROGRAMA FALA CIDADÃO.
- Revisar os planos e carreiras do serviço público estadual, objetivando estimular e motivar o funcionalismo, e corrigir as distorções e perdas salariais.

- Valorização o funcionalismo público com qualificação técnica dando preferência para o preenchimento dos cargos em comissão dos órgãos da administração pública estadual.

9) HABITAÇÃO

Governo do Estado deve priorizar habitações de caráter popular deixando, para as outras faixas de renda, à iniciativa privada atender, por meio de programas de financiamentos habitacionais.

Com o envelhecimento da população faz-se necessários que o poder público comece a implantar programas de habitação voltados para a população idosa, através de condomínios com moradias disponibilizadas para aluguel. Segmentos populacionais como pescadores, ilhéus, indígenas, quilombolas, moradores das zonas rurais, devem ser contemplados com programas habitacionais bem como os proprietários de lotes não edificados.

- Desenvolver ações para a implantação de habitações populares sustentáveis com ênfase aos programas de autoconstrução e mutirão: PROGRAMA MORADIA SUSTENTÁVEL
- Priorizar, em parceria com os municípios, a urbanização de áreas ocupadas e estimulando a relocação de famílias que se encontrem em áreas de risco de desmoronamento, alagamentos entre outras.
- Ampliar e Implantar um programa habitacional de aluguel social com condomínios adaptados para as pessoas idosas: PROGRAMA IDOSO FELIZ. Fortalecer e ampliar programas de regularização fundiária apoiando os municípios na simplificação documental para o registro de imóveis.
- Facilitar e subsidiar o acesso à moradia aos servidores públicos (federais, estaduais e municipais), em especial os de menor renda, e os policiais, guardas municipais e professores.
- Desenvolver programas de habitação e regularização fundiária para Quilombolas e Indígenas.

10) DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Passaram-se quase 30 anos da Constituição de 1988 e o Estado da Bahia pouco aproveitou da competência de institucionalizar regiões metropolitanas,

aglomerações urbanas e microrregiões. Na institucionalização das regiões metropolitanas o fez de forma equivocada atendendo mais a interesses eleitores do que critérios técnicos.

Propõe-se instituir efetivamente as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, com estrutura para que “as funções públicas de interesse comum sejam materializadas”. Promover a efetiva descentralização administrativa do estado de acordo com a divisão geográfica é outro objetivo.

- Implantar efetivamente a regionalização da Bahia, por meio da instituição de microrregiões, aglomerações urbanas e, aperfeiçoar as regiões metropolitanas, para que sejam sustentáveis nas dimensões social, econômica e ambiental e cumpram efetivamente com a sua finalidade que é “integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.
- Descentralizar a administração pública baiana de acordo com a regionalização legal, objetivando fortalecer a presença do Estado nestas regiões, e facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. Estimular o surgimento de arranjos produtivos, com ênfase nas micro e pequenas empresas, nas microrregiões, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas e fortalecer os já existentes, incentivando o surgimento de polos econômicos (tecnológicos, industriais, artesanato, agroindústria familiar, de inovação, novas tecnologias): PROGRAMA BAHIA INOVADORA
- Criar um Fundo de Desenvolvimento Regional Sustentável, FDRS, destinado a financiar o desenvolvimento regional das microrregiões, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas, formado por um percentual dos tributos que deverão ser aplicados nas regiões onde foram arrecadados.
- Implantar consórcios de bacias hidrográficas objetivando o uso racional da água em articulação com os comitês de bacia hidrográfica.

11) INFRAESTRUTURA

Compete ao Estado as obras de infraestrutura intermunicipais, principalmente as rodovias, os aeroportos regionais e o transporte público interurbano.

- Desenvolver estudos e viabilizar, por concessão da união, a implantação de ferrovias, por meio de Parcerias Público Privadas.
- Retomar estudos e viabilizar a implantação da hidrovia, objetivando diversificar os modais de transportes na Bahia, estimulando a participação de empresas privadas.
- Promover a diversidade da matriz energética do estado, priorizando a energia eólica, solar e de biomassa.
- Estimular a implantação de pequenas hidrelétricas em todo o estado, PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas).
- Modernizar os portos estaduais e investir no novo sistema de transportes marítimos.
- Desenvolver e gerenciar com o governo federal, um programa de aeroportos e linhas áreas regionais.
- Promover um programa de segurança nas rodovias estaduais por meio do fortalecimento e modernização da Polícia Rodoviária Estadual.
- Implantar programa de eficiência energética na área rodoviária e de integração logística, objetivando a redução de CO2.
- Restaurar as rodovias estaduais e pavimentar novas rodovias na Bahia.
- Apoiar os municípios na manutenção das estradas municipais.
- Efetivar programa de saneamento ambiental em todas as regiões do estado.
- Desenvolver programa de ciclovias estaduais.

12) MEIO AMBIENTE

A proteção do meio ambiente deve ser uma preocupação de todos já que os recursos naturais do planeta são finitos. Ao invés de punir a lógica que adotaremos em nosso governo vai ser de premiar quem protege a natureza.

Dentro desses princípios, a proteção do solo, das águas, do ar, deve ser tarefa do governo e da sociedade. O desenvolvimento sustentável pressupõe que ele é ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo.

- Promover um programa de restaurar área degradadas.
- Desenvolver cursos e financiar programas para os agricultores protegerem suas propriedades da degradação ambiental, objetivando mantê-las produtivas e sustentáveis. Implantar uma política estadual e proteção aos animais domésticos e silvestres.
- Estabelecer Programa de Proteção das bacias e hidrográficas e os mananciais de abastecimento de água, com apoio aos comitês de bacia.
- Estimular e assistir tecnicamente os municípios a cumprirem o Política Nacional de Resíduos Sólidos com o fim dos lixões.
- Estabelecer programa de gerenciamento de informações de áreas de preservação ambiental e controle das emissões de gases do efeito estufa.
- Fortalecer a Defesa Civil no mapeamento de áreas de risco e na promoção de políticas públicas de proteção a população que residem em áreas vulneráveis.
- Promover e estimular, com a participação dos municípios, programas de jardins e hortas urbanas individuais e comunitárias, em áreas degradadas e abandonadas, com a assistência técnica e distribuição de sementes. PROGRAMA HORTA PARA TODOS.
- Estimular a implantação de ciclovias, em convênios com os municípios, e de parques urbanos.
- Implantar programa estadual de reflorestamento às margens dos cursos d' água (córregos, rios, lagoas) com árvores nativas.
- Fortalecer e modernizar a Polícia Ambiental (COPPA)
- Recriar o Instituto de Gestão de Águas e Clima da Bahia, fortalecer a Política estadual de Recursos Hídricos e os instrumentos da política estadual, inclusive a outorga e as políticas estaduais de convivência com o semiárido.

- Apoiar os comitês de bacia estaduais existente e dar suporte para ampliação de novos comitês de bacia.
- Ampliar o programa de monitoramento das águas da Bahia (MONITORA).
- Realizar concurso público para a área ambiental.

13) AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

O estímulo a produtividade agropecuária sustentável é nosso principal compromisso com os produtores rurais e a sociedade baiana.

- Apoiar as cooperativas, associações de produtores, e sindicatos de agricultores para o aumento da produtividade através de práticas agrícolas sustentáveis: PROGRAMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
- Fortalecer a extensão rural por intermédio da – EMATERBA, e a transferência de tecnologia aos agricultores, objetivando aumento da produtividade sustentável e a agregação de valores aos produtos agrícolas.
- Desenvolver estudos objetivando Implantar um programa de seguro agrícola especial para os agricultores familiares contra os riscos climáticos.
- Implantar um programa de modernização da agricultura com a redução dos tributos para a aquisição de tratores, caminhões e equipamentos destinados às atividades agrícolas, de pecuária e florestais.
- Atrair a implantação, no território baiano, de empresas inovadoras destinadas a produção de máquinas e equipamentos agrícolas e *startups* voltadas às atividades agrícolas de pecuária e florestas.
- Priorizar nas aquisições pela administração pública estadual, de produtos oriundos da agricultura familiar.
- Estimular a produção de produtos orgânicos certificados.
- Desenvolver uma rede de sementes e mudas crioulas e tradicionais entre os agricultores familiares e outros interessados, visando preservar e difundir as variedades nativas.

- Implantar programas de aperfeiçoamento genético de espécies animais e disponibilizá-los à comunidade em geral, dando prioridade aos pequenos produtores rurais.
- Fortalecer as centrais de abastecimento priorizando a agricultura familiar e estimular o reaproveitamento, pela industrialização, dos produtos agrícolas não comercializados *in natura*.
- Promover prêmios anuais de estímulo à inovação e pesquisa agrícola, florestal e agropecuária, em diálogo com as Universidades Estaduais e outros órgãos de estudo e pesquisa públicos e privados destas áreas.

14) DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E INOVAÇÃO

A política fiscal, implantada nos últimos anos, com o aumento confiscatório dos tributos estaduais, fez com que a Bahia perdesse competitividade em diversos setores da economia, prejudicando as empresas aqui instaladas.

A dinamização econômica virá por meio de uma revisão completa do sistema tributário estadual objetivando diminuir o custo Bahia. Estímulos fiscais nas regiões de baixo IDH para atração de empresas poderá ser um fator importante para a retomada do desenvolvimento econômico de forma sustentável. Os parques tecnológicos serão fator importante para a inovação. Da mesma forma que o empreendedorismo, a economia criativa, autoral e solidária deverá ser estimulada como elemento de dinamização da economia baiana.

- Desenvolver política fiscal sustentável que estimule a implantação de novas empresas e a permanência das atuais no Estado da Bahia.
- Criar incentivo ao surgimento e desenvolvimento de *startups* na Bahia: PROGRAMA STARTUP BAHIA.
- Instituir um fundo estadual, como a mão empreendedora do estado, destinado a alavancar o crescimento econômico da Bahia com participações em empresas, e também no regime de Parcerias Público Privada, para atuar na implantação e gestão de aeroportos regionais, educação, saúde, segurança pública, turismo, empreendimentos imobiliários e habitacionais, geração e transmissão de energia, logística de todos os modais, parques tecnológicos de inovação, ciência e tecnologia, portos, e obras costeiras, rodovias, ferrovias, saneamento básico, sistemas de mobilidade urbana, telecomunicações, transmissão de dados e tecnologia da informação entre outras áreas.

- Fortalecer e ampliar o Sistema de Parques Tecnológicos objetivando integrar e ordenar as ações de pesquisa no sentido de modernizar a economia da Bahia.
- Priorizar a industrialização em microrregiões de baixo índice desenvolvimento humano por meio da atração de empresas com incentivos sustentáveis e qualificação de mão de obra.
- Articular ações entre os setores público e privado, envolvendo universidades e institutos de pesquisa, para promover e desenvolver mercados indutores e novas tecnologias verdes.
- Estimular o desenvolvimento da economia criativa, solidária e de inovação, com incentivos fiscais e disponibilizando cursos para os interessados.
- Incorporar práticas sustentáveis na economia, estimulando os órgãos públicos a adotar estas práticas nos seus processos.
- Implantar uma política de atração de empresas de outros países, especialmente da Europa e da Ásia, distribuindo-as por todo o território baiano.
- Apoiar políticas públicas de tecnologia e a inovação e capacitação de mão de obra objetivando o desenvolvimento econômico sustentável.
- Incentivar a fabricação de veículos elétricos na Bahia.
- apoiar a instalação de garagens verdes (solares) como pequenas geradoras fotovoltaicas em todo o Estado.
- Discutir a implantação do ICMS ECOLÓGICO na Bahia.

14) BAHIA REGIONAL NO BRASIL E NO MUNDO DO TURISMO

As relações exteriores são exercidas, nos países federativos como o Brasil, pela União. Porém os Estados membros podem desenvolver políticas públicas de relações internacionais nas áreas do turismo, comércio exterior, educação, esporte, cultura e outras objetivando inseri-los no contexto mundial.

Neste sentido pretendemos propor medidas disruptivas e inovadoras no sentido de divulgar e tornar A BAHIA mais conhecida, muito além das fronteiras do território brasileiro, através dos Representantes Honorários, que terão um papel semelhante aos dos Cônsules Honorários dos países.

O Estado da Bahia tem um enorme potencial turístico pelas belezas naturais como, as praias no litoral, a Chapada Diamantina, o São Francisco, o semiárido, a cultura regional e que deve ser promovido nacional e internacionalmente.

- Criar um sistema de Representantes Honorários da Bahia, objetivando divulgar e promover o Estado nos aspectos turísticos, culturais, econômicos, educacionais e de atração de investimentos.
 - Desenvolver política de “estados, regiões, departamentos e províncias irmãs” em diversos países federativos e unitários objetivando ampliar as relações com estas unidades governamentais por meio de convênios, acordos de cooperação, nas áreas de comércio, transferência de tecnologia, educação, cultura e outras.
 - Incentivar a participação de empresas baianas em feiras e eventos nacionais, em outros países visando ampliar os mercados e a inserção de produtos baianos.
 - Promover política de atração de empresas e empreendedores de outros estados e países para a Bahia, ampliando os investimentos produtivos no Estado e na cultura regional.
 - Incentivar o turismo de eventos nas principais cidades do Estado.
- Fortalecer o turismo em todos os níveis.
- Mapear e sinalizar os caminhos indígenas no Estado.
 - Investir em infraestrutura em todo Estado, principalmente saneamento básico, para atender a população residente e turistas.
 - Desenvolver um programa de turismo social e estudantil.
 - Criar novos roteiros turísticos em todas as regiões do estado.
 - Promover as regiões turísticas baianas no Brasil e no mundo.

16) POLÍTICAS SOCIAIS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, norteiam as políticas sociais de nossa proposta para o Governo da Bahia. É meta governamental erradicar a pobreza, acabar com a fome, assegurar uma vida saudável, reduzir as desigualdades sociais, promover a igualdade de oportunidades e respeito à diversidade, dentre outros objetivos.

Crianças, pessoas com deficiência, idosos, são prioridades inarredáveis. Apoiar e estimular as ações de voluntariado, os clubes de serviços, as instituições da sociedade civil, de caráter leigo ou confessional, que atuam nas áreas de assistência social são os nossos compromissos.

- Priorizar ações sociais voltadas às crianças, pessoas com deficiência e idosos, objetivando garantir alimentação, saúde e educação.
- Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social, SUAS, por meio de ações integradas envolvendo os municípios.
- Implantar um programa de combate a pobreza por meio de ações sociais e educativas e a inclusão produtiva na sociedade.
- Incentivar os idosos a participarem de programas sociais destinados ao atendimento de crianças e pessoas com deficiência: PROGRAMA IDOSO ATIVO
- Assegurar tarifas sociais de energia e água potável as pessoas de menor renda que sejam beneficiárias de programas sociais dos governos estadual e federal.
- Implantar um programa estadual de abrigo solidário voltado a adoção de crianças que estejam em situação de vulnerabilidade social: PROGRAMA ADOÇÃO FELIZ
- Criar um Programa de Apoio aos Conselhos Tutelares com a destinação de equipamentos e veículos para que possam melhor desenvolver suas atividades.
- Fortalecer ações destinadas a ressocialização aos jovens infratores.

- Desenvolver programas destinados aos jovens em vulnerabilidade social com programas específicos de educação, esporte, lazer, formação e inserção profissional no mercado de trabalho.
- Apoiar, incentivar e qualificar voluntários e entidades da sociedade civil para ações sociais.

17) DESENVOLVIMENTO URBANO (CIDADES)

A política de desenvolvimento urbano deverá se fundamentar nos princípios constitucionais de ordenar as funções sociais das cidades e promover o bem-estar social de seus habitantes. As cidades devem abrigar a todos, com a inclusão por meio de planificação espacial e ações sociais.

A rápida transformação do meio urbano exige medidas eficientes e o emprego de novas tecnologias para que o planejamento seja efetivo. A participação dos cidadãos é fundamental para a tomada de decisões sobre a política urbana.

Incentivar a utilização de meios de transporte público coletivo tomando cuidados para que, grupos econômicos criminosos, não venham a explorar a população por meio de tarifas superfaturadas, licitações fraudadas, e atos de corrupção envolvendo agentes públicos e políticos.

As cidades devem ser inovadoras, saudáveis na medida em que combate as doenças endêmicas e epidêmicas, ecológicas e sustentáveis, produtivas e com acessibilidade

- Licitar as linhas de transporte coletivo integrado da Região Metropolitana de Salvador com o controle social da sociedade e do Ministério Público e nas demais regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões quando forem implantadas.
- Implantar política de transporte coletivo regional integrado, com adequada cobertura nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- Priorizar o saneamento ambiental em todas as regiões do estado, com ênfase nas periferias das grandes cidades.
- Estimular os municípios a elaborarem planos estratégicos de desenvolvimento econômico e social.
- Desenvolver programas de redução de desastres, em parceria com os municípios, por meio de medidas preventivas, estimulando a elaboração de legislação que impeça a ocupação de área de risco, objetivando criar a consciência de cidades resilientes.
- Estimular os municípios a implantarem os instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole.
- Ampliar metrô em regiões Metropolitanas e o VLT.

18) CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Bahia possui uma extraordinária rede de universidades estaduais, distribuídas regionalmente por todo seu território. Este patrimônio educacional, cultural e técnico-científico deve ser preservado, fortalecido e ampliado.

Novas tecnologias estão surgindo a cada dia, e é dever do governo estadual incentivar pesquisas de ponta em todas as áreas, principalmente na saúde, agricultura, pecuária, tecnologias da informação, com o objetivo de colocar a Bahia no mapa do desenvolvimento mundial.

- Fortalecimento da rede de universidades estaduais (UEFS, UNEB, UESB, UESC) a ciência, tecnologia e a inovação, objetivando o lançamento de cursos superiores disruptivos e inovadores nas áreas em que novas profissões estão surgindo, com ênfase nas áreas de tecnologia.
 - Aumentar as vagas nas universidades estaduais nos cursos de grande demanda, entre os quais medicina, sistemas de informação, automação e engenharias.
 - Estimular parcerias entre a iniciativa privada e as universidades estaduais (desburocratizando procedimentos) buscando patrocínio e apoio a pesquisa, objetivando pesquisa aplicada às atividades industriais, comerciais, de serviços e agricultura.
 - Aumentar o número de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu (mestrado e doutorado) e ampliar o número de vagas nos cursos já existentes.
 - Estimular o intercâmbio entre pesquisadores baianos com instituições de ensino e de pesquisa do Brasil e de outros países.
 - Criar incentivo ao surgimento e desenvolvimento de *startups* na Bahia:
PROGRAMA STARTUP BAHIA
-